



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1290

OS HOSPITALÁRIOS E OS PRIMEIROS ANOS APÓS A RECONQUISTA DE JERUSALÉM (1100-1118)

Bruno Mosconi Ruy (LEAM/PPH/UEM)

Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

Resumo. À luz da reconquista de Jerusalém, os primeiros anos do século XII trouxeram muitas oportunidades e percalços para os irmãos serventes do Hospital. Como o número de peregrinos que visitavam a Terra Santa aumentou exponencialmente, os primeiros Hospitalários enfrentaram um sério problema de alojamento para aqueles que clamavam por ajuda – e, mais além, uma série de barreiras administrativas e religiosas para o seu crescimento. Neste trabalho, procuramos efetuar uma análise da constituição e do desenvolvimento dos principais arcabouços teóricos e das principais condições materiais para o estabelecimento e expansão do Hospital na Terra Santa. Utilizaremos como fontes de pesquisa as compilações documentais de Joseph Delaville Le Roulx (1747-1803), o primeiro volume da série “*The History Of The Knights Hospitallers Of St. John Of Jerusalem*”, do Abade de Vertot (1655-1735), a *Regra Beneditina* e a *Regra de Raymond du Puy*. Tentaremos esmiuçar a dimensão da adaptabilidade e da influência política da instituição no Oriente Médio e na Europa, atentando à sua estreita ligação com o Papado, seus conflitos com o Patriarcado e bispado de Jerusalém e ao gradual fortalecimento das figuras dos primeiros Grão-Mestres Hospitalários. Através disso, procuraremos estabelecer as bases para a independência econômica e para o desenvolvimento hierárquico do Hospital, e sua eventual conversão em Ordem Militar.

Palavras-chave: Ordem do Hospital; Jerusalém; Idade Média.

Introdução

No intuito de desenvolver um quadro cronológico da evolução das atividades do Hospital medieval do reino de Jerusalém, é prudente enfatizar a importância e a extensão da caridade previamente oferecida por essa instituição. Um dos muitos produtos da compreensão da dinâmica interna de seu albergue e de suas enfermarias é a medida das condições que a chamada Ordem do Hospital eventualmente teria para equilibrar funções assistencialistas e militares (LUTTRELL, 1997, p. 39). E, como o papel do cotidiano monástico em uma sociedade secular e as dificuldades que a cercavam dentro de Jerusalém são fundamentais no âmbito contextual, também é prudente compreender pontos básicos da política do reino. Em relação a estes e outros tópicos, as bulas papais imediatamente anteriores ou posteriores ao rompimento da estrutura hospitalar com a gerência beneditina do mosteiro de Santa Maria dos Latinos são absolutamente indispensáveis.

O Papado de Pascoal II e o fortalecimento da credibilidade Hospitalária

À luz da reconquista de Jerusalém, os primeiros anos do século XII trouxeram muitas oportunidades e percalços para os irmãos serventes do Hospital. Como o número de peregrinos que visitavam a Terra Santa aumentou exponencialmente com as Cruzadas, os primeiros Hospitalários enfrentaram um sério problema de alojamento para aqueles que clamavam por ajuda. Não menos importante, o apoio governamental e o prestígio internacional que instituição acumulou ao longo das décadas anteriores indubitavelmente colaborou com o crescimento da tensão entre ela e a administração do mosteiro de Santa Maria dos Latinos. Estas questões fervilharam em meio a um grande conflito na vida religiosa do reino, em boa parte estimulado pelos constantes desacordos entre o rei Balduino e Dagoberto de Pisa, representantes do Estado e da Igreja. A delicada posição do Hospital e sua estreita conexão com o Patriarcado de Jerusalém e o Santo Sepulcro precisavam de esclarecimentos urgentes, e o Papa Pascoal II viu neste turbilhão burocrático um excelente motivo para intervir.

A bula *Pie postulatio voluntatis* de Pascoal foi alegadamente escrita para incentivar o Hospital em seu trabalho caritativo, mas – intencionalmente ou não – foi muito mais longe do que isso (VERTOT, *History*, I, pp. 38-42). O documento marcou o início de um lento processo que culminaria na “transformação” do Hospital em

Ordem de São João de Jerusalém, e o elevaria à posição de elemento indissociável da história do reino.

De início, o Hospital de São João de Jerusalém era pouco além de um albergue para peregrinos que visitavam a Cidade Santa. Anos mais tarde, no intervalo entre os séculos XI e XII, a instituição acrescentou o cuidado médico ao seu propósito original. A documentação disponível não fornece informações suficientes para que se determine com exatidão a ocasião desse acréscimo, embora ainda seja possível calcular a extensão de sua utilidade entre os anos de 1099 e 1113. Dezenas de cartas recebidas e enviadas pelo Hospital no dado intervalo lançam mão das palavras "*Hospitalia*", "*xenodochium*" e "*ptochea*" para se referirem-se ao "*Iar de Deus em Jerusalém*" (DELAVILLE LE ROULX, *Cartulaire*, I, n. 30). Antes do século VIII, escritores latinos usavam as palavras gregas *ptochea* e *xenodochia* para descrever casas públicas de caridade. Entre os séculos VIII e IX, *Hospitalia*, *ptochea* e *xenodochia* tornaram-se sinônimos, tanto em textos oficiais quanto em relatos de peregrinos. Pascoal II também fez uso destas expressões em seus textos concernentes ao Hospital, mas apenas entre os anos de 1110 e 1113. Por inferência, é possível dizer que o Papa não reconhecia o caráter médico da instituição antes disso (MILLER, 1978, pp. 710-711).

No que diz respeito aos peregrinos, a viagem medieval não raramente os expunha a uma considerável gama de ameaças e doenças. No Ocidente, comumente esperava-se que pousadas e albergues prestassem ao menos cuidados básicos aos doentes e convalescidos, e, com o tempo, alguns destes locais especializaram-se na atividade médica, enquanto a maior parte deles manteve o caráter meramente hospitaleiro e "informalmente" assistencialista. No entanto, as palavras *Hospitalia* e *xenodochium* por vezes foram aplicadas a ambos os tipos de casas, provocando uma grande confusão semântica. Sabe-se que essa confusão não é exclusiva dos tempos modernos, já que os próprios gregos esforçavam-se para diferenciar os termos na descrição de estabelecimentos majoritariamente dedicados à recuperação de feridos e doentes. É de se imaginar, portanto, que Pascoal II tinha plena ciência do que dizia ao descrever o Hospital pós-reconquista de Jerusalém – e apenas no dado contexto – com as palavras em questão.

Em sua *Pie postulatio voluntatis*, Pascoal mencionou dezenas de edifícios europeus supostamente subordinados à "casa mãe" que os Hospitalários

gerenciavam em Jerusalém. O Papa os resumiu como “*xenodochia*”, “estalagens de viagem” e “*casas de caridade*”, e apontou as cidades de Asti, Bari, Messina, Otranto, Pisa, Saint-Gilles e Taranto como os principais centros dessa grande esfera administrativa e assistencialista. Todavia, as casas mencionadas na famosa bula de Pascoal não foram descritas em qualquer outro registro Hospitalário, indicando que o pontífice estava mal informado ou as citou deliberadamente, como parte de uma estratégia política (VERTOT, *History*, I, p. 40). A segunda hipótese parece mais plausível, já que Pascoal também fez questão de salientar que vistoriou pessoalmente grande parte dos edifícios. Também é possível que as casas de caridade na Europa tenham passado brevemente pela tutela do Hospital de Jerusalém, como parte de doações e cessões temporárias que a instituição constantemente recebia, e que o Papa tenha pecado pelo excesso de entusiasmo ao apresenta-las como propriedades fixas (LUTTRELL, 1997, p. 46).

Dos primeiros quinze documentos contidos na principal compilação de correspondências e regulamentos da Ordem, pelo menos cinco fazem menção direta ao serviço de caridade prestado pelo Hospital. Expressões como “os pobres de Cristo”, “para o sustento dos miseráveis” e “casa dos pobres”, especialmente presentes em cartas de doações, ilustram o reconhecimento e a gratidão que muitas famílias europeias nutriam pelas atividades assistencialistas desenvolvidas em Jerusalém (DELAVILLE LE ROULX, *Cartulaire*, I, n. 6, 7, 12, 13, 15). A *Pie postulatio voluntatis* de Pascoal descreve o trabalho de Gerardo, primeiro Grão-Mestre Hospitalário, como principal responsável pela amplitude desse prestígio.

Ao tentar adjetivar os peregrinos que recebiam os cuidados do Hospital, o Papa usou a expressão “*degentus*”, palavra geralmente usada para descrever integrantes dos estratos sociais menos favorecidos, ou a expressão “*pauperes recreandos*”, para indicar indivíduos em processo de recuperação (VERTOT, *History*, I, p. 39). Peregrinos sem posses que chegavam a Jerusalém percebiam-se em uma situação delicada, sobre a qual não tinham muito controle. Como eles não tinham dinheiro suficiente para hospedarem-se em aposentos privados, precisavam recorrer à marginalidade das ruas ou ao serviço do albergue quando queriam descansar. Quando Pascoal diz que Gerado não fazia distinção entre o serviço prestado a irmãos serventes e a *degentus*, ele também sintetiza parte do contexto social de Jerusalém no século XII. Dependendo de seu estado físico, tanto no que concerne a

roupas quanto no que diz respeito à saúde, os peregrinos eram alvos fáceis para pessoas violentas. Essa brutalidade desmedida provavelmente se devia a uma agitação relativamente comum da população de Jerusalém, que aparentemente se condicionou a confundir peregrinos sujos e desnutridos com leprosos ou muçulmanos disfarçados.

Enquanto os serviços do Hospital na Terra Santa se expandiam e tornavam-se mais indispensáveis, a supracitada tensão no relacionamento estabelecido entre ele e o mosteiro de Santa Maria dos Latinos se intensificou. Esse clima de discórdia em muito se deve à posição social e política do Abade, que a despeito de ainda estar no comando oficial do Hospital, foi gradualmente perdendo suas atribuições hierárquicas conforme o prestígio dos irmãos serventes crescia. O microcosmo das dicotomias entre as duas instituições basicamente refletia o macrocosmo das dicotomias eclesiásticas e estatais de Jerusalém. Os primeiros dez anos da ocupação dos cruzados foram caracterizados por uma série destes embates, e é improvável que Pascoal II tivesse tempo e espaço para se preocupar com as disputas entre o Hospital e a abadia. Em dezembro de 1107, o Papa revelou sua inquietação com a situação caótica da Cidade Santa, em especial com os “desvios da pureza” que a Igreja gradativamente revelava.

Pascoal descreveu os problemas relativos ao então Patriarca Evremar, e como a nomeação do Patriarca Gibelin teria sido bom para a paz em Jerusalém, especialmente porque o Rei Balduíno por ele sentia muita simpatia. Gibelin foi um patriarca que aceitou abertamente as normatizações papais, e nele Pascoal depositava plena confiança. Balduíno e Gibelin trabalharam em conjunto em muitas obras, como demonstrado na conversão da Igreja da Santa Natividade em Catedral. O Rei solicitou a medida ao Papa, e Pascoal delegou total responsabilidade para o novo patriarca. Como era de se esperar, Gibelin seguiu a diretiva à risca, e o pedido de Balduíno foi prontamente atendido. Gibelin, contudo, morreu no início de 1112, e foi substituído pelo arqui-diácono Arnulfo (SETTON, 1985, pp. 236-238).

Quando Jerusalém foi capturada, em julho de 1099, Arnulfo foi informalmente escolhido como Patriarca do reino pelos clérigos da Primeira Cruzada. No entanto, ele não era bispo, e foi eleito sem qualquer instrução ou recomendação papal. O diácono também recebeu inúmeras reclamações concernentes à sua idoneidade moral, e, como resultado, foi condenado, deposto e

prontamente substituído pelo ainda mais polêmico arcebispo Dagoberto de Pisa. Quando Gibelin faleceu, Arnulfo retornou triunfante à posição de Patriarca, alegando que a reincidência de sua eleição aparentemente respondia a anseios mundanos e divinos. Desta condição elevada, uma de suas primeiras medidas foi condicionar o Hospital ao pagamento do dízimo e outra série de tributos, que seriam diretamente encaminhados à sede do Patriarcado em Jerusalém (DELAVILLE LE ROULX, *Cartulaire*, I, n. 25, 29). Ele também teria forçado os cânones do Santo Sepulcro a aceitarem a Regra Agostiniana entre os anos de 1112 e 1114, arbitrariedade supostamente sugerida por Gibelin em seu leito de morte. Neste intervalo, Pascoal II interviu, libertando Santa Maria dos Latinos da autoridade patriarcal, e, meses mais tarde, o Hospital da autoridade episcopal. Divinamente escolhido ou não, o fato é que Arnulfo perdeu influência e credibilidade ao longo do ano de 1114, e foi novamente deposto em entre 1115 e 1116.

O Grão-Mestre Gerardo e o caminho da independência do Hospital

As pequenas mudanças estruturais iniciadas por Pascoal implicavam em um maior controle sobre a Igreja Latina de Jerusalém e no estabelecimento de uma relação mais estreita entre os poderes espirituais e temporais na Terra Santa (ROWE, 1957, p. 490). Além disso, como cânones regulares trabalhavam em conjunto com os bispos e estavam sob suas autoridades, a catedral do Santo Sepulcro conseqüentemente estaria sob controle do Patriarcado, e, finalmente, do Papa (LAWRENCE, 1984, p. 141). Esse jogo político de influências melhorou as atmosferas burocráticas e religiosas de Jerusalém, e involuntariamente criou uma situação que favoreceria a futura independência dos Hospitalários. Quando Gerardo notou que as circunstâncias hierárquicas eram minimamente propícias, ele imediatamente formalizou um pedido de “proteção” a Pascoal II. Pode-se supor que o Grão-Mestre não tenha intencionado atropelar sua íntima conexão com a abadia de Santa Maria dos Latinos com a súplica, ao menos não conscientemente. Parte da historiografia concorda que a rigorosa disciplina monástica de Gerardo, e a série de obrigações de subserviência que jurou nas duas décadas anteriores, o colocariam na posição de debater a situação com o Abade antes de apelar à influência papal (MCCANN, 1952, pp. 32-3).

É importante ressaltar que, embora os monges rompessem com seus mosteiros em ocasiões isoladas, como no caso de Cluny, a situação em Jerusalém era absolutamente mais delicada. O processo de rompimento provavelmente seria muito mais complexo e gradual para um irmão subordinado ao mosteiro de Santa Maria dos Latinos, especialmente porque o edifício do Hospital era uma extensão não apenas simbólica da abadia, do Patriarcado e do próprio Santo Sepulcro, mas evidentemente física (BENVENISTI, 1970, p. 58). Estas circunstâncias sugerem que Gerardo tenha sido um homem extremamente cauteloso em suas iniciativas, pois a indignação do Abade poderia de alguma forma alterar a aquiescência do Papa.

Como o Hospital cresceu em tamanho e reputação e excedeu as expectativas da maior parte das autoridades de Jerusalém, o Abade de Santa Maria teria se sentido diminuído e naturalmente desejaria desvincular-se da instituição que ajudou a consolidar. Embora seja uma aspiração consideravelmente incomum para a época, é possível que a abadia também tivesse interesses particulares, e que a administração do Hospital de alguma forma atrapalhasse os anseios da gerência beneditina (HAMILTON, 1979, p. 112). Coincidentemente ou não, Santa Maria dos Latinos cresceu e prosperou imensamente entre os séculos XII e XIII, embora não tanto quanto o complexo hospitalar.

Além do contínuo crescimento do Hospital, Gerardo tinha outras razões para apelar pela proteção de Pascoal II: a situação da instituição dentro da política eclesiástica de Jerusalém. De acordo com as Leis Canônicas, um bispo tinha o direito e o dever de supervisionar todos os edifícios religiosos dentro de sua diocese, salvo casas de caridade e mosteiros diretamente subordinados ao Papa. Em circunstâncias convencionais, os bispos possuíam prerrogativas para organizar e legitimar eleições de abades ou priores, consagrar igrejas monásticas, ordenar sacerdotes e até mesmo interromper completamente as atividades de instituições sob seus domínios (LAWRENCE, 1984, pp. 118-120). Não menos importante, o Direito Canônico também determinava as inúmeras funções de abades e monges, como a obrigação de isolamento, a necessidade de uma observação zelosa da *Regra Beneditina* e a proibição de atividades de cunho secular, imediatamente conflitantes com o caráter do complexo Hospitalário.

Gerardo também não se sentia confortável diante da arbitrariedade tributária do Patriarcado de Jerusalém. A falta de simpatia de Arnulfo com a instituição era

óbvia, e o Grão-Mestre percebeu-se encurralado no contexto. Não seria inteligente buscar a independência de Santa Maria dos Latinos sem o aval do Patriarca, esse aval parecia cada vez mais distante. A oportunidade surgiu quando Pascoal II formalizou a separação do mosteiro dos auspícios patriarcais, em 1112. Uma vez que a abadia beneditina estava em posição de determinar seu próprio futuro a despeito de Arnulfo, os favorecimentos do cenário se acumularam, e o Hospital foi dispensado. No entanto, o contexto seguinte à almejada independência trouxe uma série de outros problemas a Gerardo e seus irmãos serventes. Percebendo a aparente fragilidade organizacional da instituição, e no comando de grande parte dos edifícios administrativos subordinados à catedral de Jerusalém, os cânones regulares do Santo Sepulcro teriam tentado controlá-la (LUTTRELL, 1997, p. 39).

Não há uma forma satisfatória de saber se o Santo Sepulcro realmente teve alguma influência sobre o Hospital a partir da independência de Santa Maria dos Latinos, mesmo que por algumas semanas ou meses. Algumas das correspondências que a instituição recebeu no final de 1112 parecem sugerir doações para “a enfermaria do Santo Sepulcro” (DELAVILLE LE ROULX, *Cartulaire*, I, n. 3, 11, 26). No entanto, a confusão entre dos dois lugares mais populares de Jerusalém não seria incomum para a época. Distinguir os limites das duas instituições seria contextualmente complicado para os peregrinos europeus, especialmente se suas correspondências e donativos fossem encaminhados por amigos e familiares agradecidos. Mesmo no final do século XII, quando o Hospital já estava praticamente consolidado como uma organização assistencialista e militar, algumas das cartas e documentos oficiais ainda o descreviam como “a casa de peregrinos em Jerusalém, perto do Sepulcro de Nosso Senhor” (DELAVILLE LE ROULX, *Cartulaire*, I, n. 34). Justiça seja feita, o complexo hospitalar estava a menos de uma quadra do Santo Sepulcro, e não raramente os irmãos serventes acompanhavam os peregrinos mais frágeis até a entrada de sua catedral.

Mesmo que a situação em Jerusalém tivesse melhorado, Gerardo sabia que a independência total do Hospital também dependia de políticas papais na Europa. Nesse sentido, a *Pie postulatio voluntatis* de Pascoal II estabelecia uma nova ordem e colocava a instituição hospitalária em um novo caminho para o futuro. Antes de 1113, o Papa já havia garantido proteção a outros mosteiros e igrejas, mas há um pioneirismo em sua iniciativa quando se trata de garantir autonomia a um edifício

assistencialista. A partir do instante em que Pascoal oficialmente colocou o Hospital de Jerusalém sob a proteção de São Pedro e São Paulo, ele não apenas protegeu Gerardo e seus irmãos da lúgubre influência das forças espiritual do mal – Pascoal também os protegeu da influência política e econômica do Patriarca.

A partir do conteúdo da bula *Pie postulatio voluntatis*, é possível inferir que Gerardo tenha solicitado, presumivelmente por carta, que Pascoal colocasse o Hospital sob sua proteção. A bula que tornou Santa Maria dos Latinos independente do Patriarcado data de junho de 1112, e a *Pie postulatio voluntatis* é de fevereiro de 1113. Como visto, a proximidade entre as duas datas não é uma coincidência gratuita. Ambos os documentos começam com uma breve descrição das instituições às quais se referem, e com a formalização do aceite pela independência ou proteção em questão. As principais implicações das duas bulas, tanto para a abadia de Santa Maria dos Latinos quanto para o Hospital, excedem o simbolismo do abraço papal: através delas, os edifícios conquistaram total liberdade de eleger abades ou mestres sem interferência externa, a possibilidade de receber e reter dízimos e doações ao invés de apenas repassá-los, a confirmação de posses e o controle de todos os bens e a liberdade de contratarem ou dispensarem serviços de leigos ou estrangeiros sem serem politicamente condenados.

Entrando no campo da especulação, a semelhança entre as bulas de Pascoal sugere a chance de ambas terem sido redigidas simultaneamente, e apenas divulgadas com o atraso de oito meses. Um pouco mais além, e partindo do pressuposto de que Gerardo e o Abade tenham se comunicado antes da consolidação do processo de independência, também é possível que suas solicitações tenham sido escritas ao mesmo tempo, e em comum acordo. Por uma questão meramente burocrática, e para não despertar a atenção e a desconfiança do Patriarcado, a correspondência do Abade teria chegado a Roma apenas algumas semanas antes da correspondência de Gerardo, e o intervalo entre as respostas oficiais seria estrategicamente suficiente para testar os ânimos de Arnulfo e seus subordinados políticos.

Embora as liberdades concedidas a Santa Maria dos Latinos e ao Hospital tenham trazido inegáveis benefícios para as duas instituições, as implicações dessas liberdades em longo prazo foram amplamente polêmicas. Os exemplos mais óbvios referem-se a lucros gerados por peregrinos. Tanto o mosteiro quanto o

complexo hospitalar receberam permissões para enterrarem monges e viajantes dentro de seus próprios domínios, o que privou o sacerdócio de Jerusalém das taxas cobradas pelo enterro no interior das paróquias. Não menos importante, os bispos também tinham direito sobre a maior parcela dos dízimos e honorários dos párocos, e, quando esse benefício foi igualmente estendido a Santa Maria dos Latinos, ao Hospital e a outras igrejas e mosteiros da Palestina, o rendimento episcopal caiu drasticamente (HAMILTON, 1980, pp. 88-92). A situação deteriorou quando os Hospitalários começaram a ramificar suas atividades por toda a Europa e por grande parte da Terra Santa, diminuindo ainda mais o número de doações especificamente direcionadas ao bispado.

Como dito, a *Pie postulatio voluntatis* também teve uma enorme importância sobre o interior da instituição. Além de oficializar a gerência de Gerardo e sua posição de Grão-Mestre do complexo hospitalar, a bula também garantiu a manutenção dos dízimos recolhidos, das propriedades, da isenção de tributos fiscais e da liberdade para os irmãos Hospitalários elegerem seus futuros supervisores e Grão-Mestres sem quaisquer influências externas (VERTOT, *History*, I, p. 38). O poder e o prestígio de Gerardo em Jerusalém foram reforçados ainda mais quando o Papa submeteu à sua gerência a maior parte dos albergues e hospitais menores do continente europeu. O caráter iminentemente “libertador” da bula livrou os Hospitalários da dominação do Patriarca, dos cânones regulares e de quaisquer outros indivíduos ou grupos que em algum nível almejassem o controle da instituição. Não havia ninguém para perturbar a casa de caridade de Jerusalém, ou assediá-la com aborrecimentos vexatórios. Todas as autoridades eclesiásticas e seculares deveriam obedecer às liminares impostas por Pascoal II, sob a ameaça de serem privadas de suas dignidades, poderes e honras, e, é claro, sob o risco de serem excomungadas e eventualmente punidas pela justiça divina.

Enquanto a fama do Hospital se ampliava e ele se tornava conhecido por toda a Europa e Terra Santa, propriedades e mais propriedades eram doadas à instituição, especialmente de peregrinos e autoridades reais da Espanha, da Itália e da França. Godofredo de Bouillon, um dos líderes da Primeira Cruzada, cedeu uma grande casa de campo e duas casas de pães de Jerusalém pouco antes de sua morte, em julho de 1100. Suporte adicional foi providenciado por Balduíno I que, logo após a batalha de Ramla, em meados de 1101, reservou um décimo de seus

despojos de guerra para o complexo hospitalar (VERTOT, *History*, I, p. 41). Nove anos mais tarde, em janeiro de 1110, Balduíno ratificaria a decisão de oficializar o grande fluxo de doações que Gerardo tentava administrar e, em março de 1112, o Rei confirmaria o caráter permanente de todas as posses do Hospital (DELAVILLE LE ROULX, *Cartulaire*, I, n. 28). Além disso, Gerardo também recebeu quatro propriedades rurais auxiliares das mãos do próprio Balduíno, e um grande estoque de alimentos e medicamentos suficientemente grande para um ou dois anos de serviço assistencialista. Não menos importante, os habitantes de algumas aldeias da Síria tinham o costume de manter controle informal sobre determinadas faixas de terras, enquanto pagavam uma espécie de dízimo aos legítimos proprietários. Em muitos casos, esses proprietários passaram a reverter o tributo diretamente à administração do Hospital, em busca de indulgência divina.

Não tardou até que a crescente riqueza e popularidade do Hospital implicassem na extraterritorialidade de suas atividades. À casa “central” de Jerusalém tornou-se necessário agregar de forma funcional as muitas posses europeias, bem como as sírias, e centralizá-las sob comando único: o de Gerardo (VERTOT, *History*, I, p. 37). De certa forma, esta situação era bastante incomum, especialmente quando se leva em consideração o incontável número de propriedades urbanas e rurais que os Hospitalários acumularam entre o Ocidente e o Oriente. Além de endossar essa centralização, Pascoal II também teria aconselhado Gerardo em correspondências paralelas à bula, tornando o processo mais viável ao contrastá-lo com experiências similares, como as de Cluny.

Considerações Finais

Ao fortalecer as medidas que Balduíno aprovou em 1112, o Papa permitiu que o Hospital acumulasse riquezas e finalmente controlasse suas próprias finanças. Até 1113, a despeito do aval real, todas as doações direcionadas ao complexo hospitalar passavam primeiro pela inspeção do Abade de Santa Maria dos Latinos. Oportunamente, as concessões papais também beneficiaram a abadia, que a partir do mesmo ano teve que passar a se preocupar com as próprias posses e doações, antes inspecionadas pelo Patriarca Arnulfo (DELAVILLE LE ROULX, *Cartulaire*, I, n. 30). A *Pie postulatio voluntatis* permitiu que o Hospital recebesse seu próprio

quinhão, e, segundo a documentação disponível, em tempo hábil. Até a divulgação oficial da bula, mais da metade dos bens recebidos por Gerardo era informalmente cobrada pelos cânones do Santo Sepulcro, como uma espécie de tributo adicional pela “concessão” de edifícios e “direcionamento espiritual”. Levando em consideração que o número de donativos aumentou exponencialmente em meados de 1113, o Hospital provavelmente não teria recursos para seguir independente caso essa divisão tivesse permanecido por mais alguns meses.

Referências Bibliográficas

ABBÉ DE VERTOT. **The History of the Knights Hospitallers of St. John of Jerusalem**. Edimburgo: R. Fleming, 1757. Disponível em <http://bit.ly/NQdl1d> Acessado em 15/07/2015.

BENVENISTI, M. **The Crusaders in the Holy Land**. Jerusalem: Macmillan, 1970.

DELAVILLE LE ROULX, J. **Cartulaire general de l'Ordre des Hospitalliers de S. Jean de Jerusalem**. Paris, 1895-1906. Disponível em <http://bit.ly/POM63L> Acessado em 15/07/2015.

HAMILTON, B. **The Latin church in the Crusader States: the secular church**. Londres: Variorum, 1980.

LAWRENCE, C. **Medieval monasticism**. Londres: Routledge, 1984.

LUTTRELL, A. **The Earliest Hospitallers**, in KEDAR, B. Montjoie: studies in Crusader history in honour of Hans Eberhard Mayer. Aldershot e Brookfield, 1997.

MCCANN, J. **The Rule of Saint Benedict: in Latin and English**. Londres: Burns & Oates, 1952.

MILLER, T. **The Knights of St John and the hospitals of the Latin West.** Speculum #53, 1978.

PASCOAL II. **Pie postulatio voluntatis.** Disponível em <http://goo.gl/YScnO5>. Acessado em 15/07/2015.

ROWE, J. **Paschal and the relation between the spiritual and temporal powers in the Kingdom of Jerusalem.** Speculum #32, 1957.

SETTON, K. **A History of the Crusades: The Impact of the Crusader States on the Near East.** Wisconsin: University Of Wisconsin Press, 1985.